



**ATA DA SESSÃO Ordinária**  
**DO DIA 30-09-2019**

**Presidente**

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

**Deputados**

**Carlos Eduardo Melo Braga**

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

**António José de Braga Sousa**

Bruno Furtado Moniz

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

André Filipe Vicente Mansinho

Alexandre Custódio Batista Câmara Amaral

Bruno Miguel Arruda Machado

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Zenaide Margarida Soares Henrique

Gilberto de Medeiros Caetano

José Honorato de Sousa Medeiros

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Emanuel Frias Santos

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

António José Santos Ponte

Edgardo Costa Madeira

Dinarte José Resendes Sardinha

Emanuel de Sousa Medeiros

Maria da Conceição Frias Santos

Arménio Maurino Correia Jardim

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte

José Eduardo Costa

**Secretários**

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30-09-2019

### ÍNDICE

#### ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - E- 5858/2019 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

PONTO DOIS - PROCESSO N.º 2018/300.50.001/3 - PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO (DL 7/2019) AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - CAMINHO DA LOMBINHA - FREGUESIA DE ÁGUA D'ALTO - VILA FRANCA DO CAMPO)

PONTO TRÊS - E - N.º 4626/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - COMUNICAÇÃO DA CGD - PROPOSTA DE FINANCIAMENTO À GESQUELHAS, SA PARA EFEITOS DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL - REVALIDAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 23 - C/2013, DE 4 DE MARÇO

PONTO QUATRO - E-N.º 4340/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ACORDO DE EXECUÇÃO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE SÃO PEDRO

PONTO CINCO - E-N.º 5605/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS / ACORDO DE EXECUÇÃO -TRANSPORTES ESCOLARES - JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA D'ALTO

PONTO SEIS - I-N.º 475/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PONTO SETE - I-N.º 633/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - REVISÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

PONTO OITO - PROC.º N.º 2019/250.10.101/1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE RECRUTAMENTO

PONTO NOVE I-N.º 685/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE RECRUTAMENTO- INTERNALIZAÇÃO DE TRABALHADORES DE EMPRESAS MUNICIPAIS - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

PONTO DEZ - I-N.º 654/2019 - INFORMAÇÃO - PARECER SEMESTRAL - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

PONTO ONZE - I-N.º 549/2019 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO - 2.º TRIMESTRE

PONTO DOZE - I-N.º 683/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 4.º REVISÃO ORÇAMENTAL



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30-09-2019

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal sob a presidência da senhora Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte, respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia.-----

A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram 20:00.-----

### ANTES DA ORDEM DO DIA

#### - Registo de Presenças

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão, verificando-se a não comparência do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Miguel da Ponte Pacheco. -----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Gonçalo Patrício Fontes Dias, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Nélia Maria Silva Alves Guimarães e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa. Não esteve presente a vereadora Sabrina Marília Coutinho Furtado

O Presidente da Câmara Municipal, pediu a palavra para atribuir à jovem vila-franquense, Maria do Rosário Correia Vicente, para receber a Medalha de Mérito Municipal, cuja proposta de atribuição foi aprovada em deliberação da Câmara Municipal de 8 de agosto de 2019 e que se transcreve: -----

***“ (DL N.º 68/2019) - I. N.º 627/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL (DESPORTIVO) - Pelo presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta de deliberação:***

*" Entre 24 e 29 de julho de 2019, teve lugar, em Tampere, na Finlândia, a 5ª edição dos Campeonatos da Europa para atletas com Síndrome de Down. -----*

*A seleção portuguesa foi constituída por 11 atletas, entre os quais, a vila-franquense, Maria do Rosário Correia Vicente, de 18 anos de idade, utente do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).-----*

*Na competição, Maria Vicente conquistou, para Portugal e para os Açores, um total de 6 medalhas de prata, alcançando o 2º lugar nas provas de 100 metros, 200 metros, 400 metros e Triatlo, bem como nas provas de estafetas 4X100 m e estafetas 4X400m. -----*

*A jovem vila-franquense ajudou, ainda, Portugal a garantir o título de Campeão da Europa por Países, na referida competição. -----*



*A participação e o bom desempenho de Maria Rosário Correia Vicente são também o resultado do trabalho realizado, ao longo do ano, pelo treinador da Associação de Pais e Amigos de Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores (APACDAA), Paulo Borges, pelo Ajudante de Reabilitação, Bruno Cabral, que a acompanha semanalmente nos treinos e pela família que apoia a Maria em todos os seus projetos ligados ao desporto. -----*

*Entendemos que estas conquistas da Maria Vicente devem orgulhar-nos pela promoção que faz do nosso concelho e pelo elevar do seu nome quer a nível nacional, que a nível internacional. ---*

*Assim, face ao exposto, e reconhecendo o mérito desportivo, esforço, dedicação e o seu contributo na promoção do nosso Concelho, o executivo camarário, propõe como justa homenagem à sua residente a atribuição da Medalha de Mérito Municipal à cidadã Maria do Rosário Correia Vicente." -----*

*A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. " -----*

#### **- Aprovação da ata anterior**

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 27 de junho de 2019, sendo a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do membro da Assembleia, Hélder Herculano Medeiros, por não ter estado presente naquela sessão. -----

O Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para propor que fosse incluído na ordem de trabalhos um novo ponto referente ao *Programa de Ajustamento Municipal (V.SET/2019)* cujas cópias foram distribuídas por cada membro ali presente. -----

Colocado à votação, o membro da Assembleia Municipal, Carlos Braga, pediu a palavra para solicitar à presidente da mesa a suspensão da sessão, para que todos os elementos do grupo eleito pelo PSD se ausentassem da sala, a fim de apreciarem o assunto em causa e decidirem a votação. O pedido foi autorizado e ausência teve a duração de 10 minutos.-----

Reiniciada a sessão e no seguimento da votação a proposta foi aprovada por maioria, com treze votos a favor do PS e com dez votos contra do grupo eleito do PPD/PSD.-----

O Presidente da Câmara Municipal requereu, à Presidente da Assembleia Municipal, a convocação de reunião extraordinária, conforme a alínea a do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para o próximo dia 4 de outubro pelas 14h30m cuja ordem do dia seria a PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL (V.SET/2019)

A Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação, a proposta da convocatória para a sessão extraordinária, sendo a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, perguntou à Presidente da Mesa se não iria ser enviada a convocatória oficial da reunião extraordinária, ao que a mesma respondeu afirmativamente.-----



## PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

O membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, pediu a palavra e questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o projeto de cobertura WIFI4EU para o Município de Vila Franca do Campo. Relembrou que o Município tinha sido selecionado e que o projeto seria totalmente cofinanciado pelos fundos comunitários europeus. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, agradeceu o alerta e respondeu que a candidatura tinha sido programada no âmbito do projeto da modernização administrativa. Referiu serem 18 locais abrangidos em Vila Franca do Campo e, assim sendo, todas as freguesias estariam contempladas com WIFI gratuito. Esclareceu ainda que o projeto se encontrava em fase de execução, prevendo-se a sua conclusão no fim do ano.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, pediu a palavra e na sequência da solicitação da convocatória para a reunião extraordinária, reafirmou a necessidade da mesma ser oficializada, uma vez que iria realizar-se em horário laboral e que, muitos membros ali presentes teriam de justificar a ausência ao serviço à entidade empregadora, servindo a convocatória como justificativo da ausência. Ainda no uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca abordou a situação em se encontrava a antiga escola primária da freguesia. Explicou que a mesma se encontrava encerrada há sensivelmente cinco anos e que na altura foi manifestada intenção de ali se edificar a escola Profissional, o que não se veio a concretizar. Fez saber à Assembleia que a referida escola tinha sido alvo de vandalismo, dado o abandono em que se encontrava. Salientou que a Câmara Municipal periodicamente colaborava na manutenção e conservação do espaço exterior nomeadamente limpeza e conservação do jardim. Alertou que era notória a degradação causada pelo abandono do edifício e, pelo exposto, propôs à Câmara Municipal que juntamente com a Junta de Freguesia pensassem em alternativas para utilização daquele espaço, simbólico quer para os residentes quer para os emigrantes que ali tinham feito escolaridade. No seguimento da mesma intervenção o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação das obras no Campo da Mãe de Deus, uma vez que tinha havido alterações ao projeto inicial e que, por esse motivo, desejava saber se havia novo prazo para a conclusão das obras.-----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra conferida, respondeu relativamente à escola primária que continuava de pé a construção da escola profissional, a menos que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo recusasse a mudança de sítio da atual escola para aquele edifício. Naquele caso, a Câmara encontraria alternativas de utilização para o espaço em questão. Quanto ao Parque Recreativo da Mãe de Deus, esclareceu que tudo continuava no mesmo, prevendo-se a conclusão das obras como inicialmente previsto, no final do ano, a não ser que as intempéries próprias da época não o permitissem. -----



Pediu a palavra o membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, para deixar algumas sugestões que referiu serem do interesse da comunidade vila-franquense. Assim sendo, começou pela freguesia de Ponta Garça que no ponto de vista dele tinha pouco fluxo turístico e, por tal, achava que a colocação de placas sinaléticas na Estrada Regional, entre Vila Franca e Furnas e na direção daquela freguesia, com identificação do espólio museológico existente, em Ponta Garça, ajudaria a canalizar interesses para aqueles pontos. Também sugeriu a construção de um miradouro, sito à Carreira do Mestre Agostinho, conhecida por Cancela do Ferreiro, considerando a vista oferecida pelo local. Outra situação apontada prendeu-se com os bares do Centro Cultural e do Açor Arena, sugeriu a colocação/ instalação de máquinas automáticas de venda de produtos, como “Snaks”, chocolates, barras de cereais e bebidas (café, sumos, refrigerantes, águas...). Propôs, no âmbito da cultura e espetáculos, a projeção de cinema, em espaços previamente escolhidos, que seria posteriormente avaliado tendo em conta a adesão ou não adesão da população. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, agradeceu as sugestões apresentadas, referindo serem umas exequíveis, outras nem tanto, alegando que a Câmara Municipal tinha construído em Ponta Garça dois miradouros e, certamente, continuaria a fazer o que era possível. Também referiu que, ao contrário do que o senhor Edgardo argumentara, o número de turistas em Ponta Garça não era diminuto, pois o Farol era um foco de interesse para quem visitava o concelho. -----

O membro da Assembleia Municipal, André Mansinho, pediu a palavra para proferir o que abaixo se transcreveu. -----

*“Como cada vez mais vivemos num mundo onde a crítica é constante, mas o que de bem se faz é muitas vezes ignorado ou muito pouco falado, a minha intervenção vai de encontro a isso mesmo, enaltecer o que de bom se tem feito.*

*Daquele modo gostaria de destacar, mais uma excelente iniciativa deste executivo camarário. Falo, portanto, do evento Vila animação 2019, durante os meses de verão, uma aposta clara no talento musical de Vila Franca do Campo, que atraiu população de toda a Ilha, resultando de um evento com muita afluência e mais um motivo para visitar Vila Franca, para além dos já residentes.*

*O segundo ponto da minha intervenção, será para parabenizar a nobre instituição do futebol clube Vasco da Gama, que recentemente iniciou a sua época desportiva, após longos anos de ausência em provas oficiais de Séniors, onde já neste fim-de-semana levar centenas de pessoas ao campo municipal de Ponta Garça, fazendo passar a tradição de “ ir à bola”.-----*

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, que lhe foi conferida, agradeceu e disse que se associava à ideia de ser positivo para o concelho surgirem novas equipas de futebol sénior e desejou sucesso à iniciativa. -----

De seguida, pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto, Emanuel Santos, para referir que, após várias negociações, com uma entidade bancária, seria instalado um equipamento ATM (multibanco) na zona do centro histórico da freguesia de Água D’Alto, na zona perto do café “Lagoinha”. Naquele âmbito, solicitou à Câmara Municipal que fossem incluídas no respetivo projeto de especialidades as alterações necessárias para possibilitar a



instalação do referido equipamento. Também referiu que a Junta de Freguesia tinha sido contactada por uma empresa para a colocação de um equipamento Wi-Fi e que o local escolhido fora o centro histórico, na zona envolvente da igreja. Relativamente a este assunto e na sequência da visita do técnico da empresa responsável pela montagem daquele sistema, disse que a Praia de Água d'Alto iria beneficiar de acesso Wi-Fi gratuito, assim como outros locais do concelho. Todo este processo estava a ser implementado no âmbito da Modernização Administrativa, projeto esse em execução por parte da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo. Finalmente, informou que no dia 8 de outubro de 2019, pelas 18h30, no auditório da Junta de Freguesia de Água d'Alto, iria decorrer uma sessão informativa sobre o acesso aos 10 lotes para autoconstrução, no Loteamento da Lombinha. Essa apresentação estaria a cargo da Direção Regional da Habitação, e também iria contar com a presença da Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Sra. Conceição Quental. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu e referiu ter muito gosto em colaborar com a Junta de Freguesia da Água D'Alto. Na sequência da sua intervenção anunciou que também a freguesia de Ponta Garça teria mais um ATM que esse se localizaria na Loja do Município.-----

Pedi a palavra o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, para, na sequência da intervenção do senhor André Mansinho, referir que o Club Desportivo de Vila Franca se encontrava também em ressurgimento. A sua direção fora criada recentemente e que era de reconhecer a boa vontade das pessoas que estavam a trabalhar para que, a curto prazo, as duas equipas, Vasco da Gama e Desportivo de Vila Franca, voltassem às suas rivalidades em campo, reacendendo o bom nome do concelho a nível desportivo naquela modalidade, tão característica em tempos idos. -----

## ORDEM DO DIA

### **PONTO UM - E- 5858/2019 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO XXIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

Foi presente à sessão um ofício circular nº51/2019/MJL, datado de 13/09/2019, da Associação Nacional da Associação dos Municípios - ANMP, a solicitar, nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos daquela Associação, a eleição de dois presidentes de Junta de Freguesia, um efetivo e outro substituto, para a composição do XXIV Congresso Nacional, que terá lugar em Vila Real, nos próximos dias 29 e 30 de novembro. -----

Pela Presidente da Assembleia Municipal foi proposto indicar o Presidente da Junta de Ponta Garça, José Eduardo Costa, como efetivo e o Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, António José Santos Ponte, como substituto. -----

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----





**PONTO DOIS - PROCESSO N.º 2018/300.50.001/3 - PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO (DL 7/2019) AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - CAMINHO DA LOMBINHA - FREGUESIA DE ÁGUA D'ALTO - VILA FRANCA DO CAMPO)**

Em cumprimento do disposto nos artigos n.ºs 25º, n.º1, al. q) e 33º n.º 1, al. ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente à sessão a proposta de retificação de deliberação da Câmara Municipal (DL 7/2018), sobre a Afetação ao Domínio Público Municipal – Caminho da Lombinha – freguesia de Água d'Alto – Vila Franca do Campo, do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 211, da Seção O, da freguesia de Água d'Alto e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo sob o n.º 36 da mesma freguesia, sito em Lombinha.---

Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO TRÊS - E - N.º 4626/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - COMUNICAÇÃO DA CGD - PROPOSTA DE FINANCIAMENTO À GESQUELHAS, SA PARA EFEITOS DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL - REVALIDAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 23 - C/2013, DE 4 DE MARÇO**

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, para a revalidação da Deliberação da Câmara Municipal n.º 23-C/2013, de 4 de março, com posterior recurso ao Fundo Municipal de Ajustamento Municipal, para a liquidação das responsabilidades da empresa, bem como da VFC-Empreendimentos, EM e demais entidades associadas à esfera jurídica do setor empresarial local do município de Vila Franca do Campo a implementar no município. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra conferida, explicou em que consistia a proposta em questão e a importância da mesma. -----

O membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, pediu a palavra para referir que se tratava da revalidação de um ato administrativo que considerava ser desnecessário manifestando, desse modo, um certo desconforto atendendo que a validade da deliberação em causa era válida, além de que teria sido tomada mandato anterior. Adiantou ainda que ter o Açor Arena pelo preço que a Câmara Municipal iria pagar seria um luxo que não traria proveito ao Município, se continuasse a ter a mesma atividade que tinha tido até então. Concluiu que, perante a proposta apresentada, na sua opinião, a CGD estaria a ser bem paga. -----

O Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra e dirigindo-se ao senhor Hélder Medeiros, referiu que não esperava que o mesmo tivesse a opinião que expressara, uma vez que era membro da Associação de Futebol de Ponta Delgada. Na mesma linha de pensamento frisou que o Açor Arena tinha vindo acolher vários jogos internacionais, para além de outros eventos de renome com importância para o concelho. Fez lembrar ainda que a Capela da Luz Eterna, em Ponta Garça, não fora iniciada no seu mandato, mas que tinha concluído a obra e que, também não tinha mandado fazer o pavilhão multiusos, mas que estava a lutar para mantê-lo, com o intuito de manter a boa imagem, a responsabilidade e credibilidade de uma pessoa de bem. Fazer e não se pagar nunca seria o lema da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo. -----





Quanto à revalidação referida no ponto em análise, acrescentou que a maioria dos presentes membros da Assembleia Municipal não faziam parte da Assembleia Municipal que tinha aprovado a tal deliberação, nº 23C/2013, de 4 de março e voltou a referir que a Câmara Municipal pretendia internalizar aquela empresa com o passivo e ativo e, acrescentou, que a lista de todos os credores se encontrava definida. O Presidente da Câmara salientou ainda que não havia nenhum problema com a CGD que futuramente viesse prejudicar a Câmara Municipal e explicou os passos do longo do processo. -----

O membro da Assembleia Municipal, Carlos Braga, pediu a palavra para obter um esclarecimento, por parte do Presidente da Câmara, sobre os custos de utilização/manutenção que o espaço Açor Arena exigia para se manter aberto. -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra concedida, respondeu que os fundos fixos que aquele membro se referia baixariam com as obras que se iriam fazer. Exemplificou com a caldeira que aquecia os balneares que iria ser substituída por outra que teria menos custos.-----

O membro da Assembleia Carlos Braga, interrompendo o Presidente da Câmara, voltou repetidamente a questionar o mesmo impedindo que continuasse com o direito do uso da palavra. Após várias tentativas logradas do Presidente da Câmara para responder às perguntas efetuadas, a Presidente da Mesa da Assembleia interveio e a ordem foi resposta. Desse modo, o Presidente da Câmara esclareceu que as despesas com os funcionários, água e luz eram suportadas pela Câmara Municipal sem se recorrer a fundos extraordinários. A Câmara teria capacidade para suportar essas despesas porque havia necessidade de se ter um espaço daquela natureza para que os jovens de Vila Franca do Campo praticassem as suas atividades desportistas. Todavia, agradecia proposta alternativa caso alguém a tivesse.-----

O membro da Assembleia, Carlos Braga, assentiu no prosseguimento da internalização e alertou para que se fizesse um uso efetivo do referido espaço. -----

Pediu a palavra o membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, para questionar sobre o *ponto prazos* que consta na carta da CGD, onde se lê que “*A liquidação das operações deverá ocorrer,..., até ao próximo dia 30 de setembro de 2019*” e, como a data mencionada correspondia à data daquele dia, e porque estariam a votar e a deliberar sobre aquele assunto naquela sessão, como ficaria o mesmo visto que a Câmara não iria conseguir cumprir o prazo de execução exigido na carta. -----

O Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, mas, adiantou que não estavam a discutir aquele assunto, a questão para ser deliberada seria a proposta da aprovação de Financiamento. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS, com nove abstenções do PSD e um voto contra do membro do PSD, Hélder Medeiros, que declarou que, o seu sentido de voto, iria de encontro à desnecessidade de revalidar um ato que nunca perdera a sua eficácia.-----



## PONTO QUATRO - E-N.º 4340/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - ACORDO DE EXECUÇÃO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Foi presente à sessão, a proposta de deliberação de Delegação de Competências e Acordo de Execução, com a Junta de Freguesia de São Pedro, respeitante ao projeto de melhoria das instalações da sede da freguesia, acompanhado dos recursos financeiros necessários, no montante de € 10 000.00 (dez mil euros). -----

A Presidente da Assembleia anunciou que iria ler uma carta dirigida à Assembleia pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro. Assim sendo, passou a ler o que abaixo se transcreveu. -----

*“Considerando que não me foi possível estar nesta assembleia por estar ausente da ilha.*

*Considerando que um dos pontos da ordem do dia corresponde ao assunto da solicitação de acordo de execução – delegação de competências com a Junta de Freguesia de S. Pedro.*

*Na qualidade de Presidente de Junta de freguesia de S. Pedro, decidi tecer algumas considerações na qual solicitei à Senhora Presidente da Assembleia que fizesse a gentileza de as ler.*

*Como exposto no pedido de acordo de execução – delegação de competências o edifício da Junta de Freguesia encontra-se a necessitar de diversas intervenções referentes à sua manutenção nomeadamente: adequação da casa de banho para pessoas com pouca mobilidade e atualização dos seus equipamentos; nivelção dos chãos; colocação de novas portas; tratamento de infiltrações; pinturas; atualização da iluminação interna e externa; reformulação da zona de espera e de atendimento; entre outros trabalhos necessários.*

*Esta intervenção no edifício sede da Junta de Freguesia de São Pedro irá permitir resolver a maior parte dos problemas existentes, assim como irá certamente melhorar as condições de atendimento à população da freguesia, assim como melhorar a prestação serviços aos seus fregueses.*

*Neste sentido, aprez-me parabenizar o executivo da Câmara Municipal pelo acordo de execução – delegação de competências proposto para a Junta de Freguesia de São Pedro, assim como por todo o seu esforço e empenho no reforço dos apoios a todas as freguesias do concelho.*

*Aproveitando ainda a oportunidade gostaria em nome da Junta de Freguesia de São Pedro e da população de São Pedro, agradecer todo o apoio que nos tem sido disponibilizado nestes anos pelo executivo camarário e se me é permitido, de uma forma muito particular agradecer ao senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice – presidente, pois têm colaborado de forma dedicada e empenhada nas diversas solicitações por nós propostas, quer estas sejam de cariz logístico das diversas atividades da Junta de freguesia, quer sejam a nível financeiro, como esta proposta de delegação de competências. Bem sei que o fazem não para receber agradecimentos, mas sim por quererem o melhor para as freguesias, mas no meu entender as pessoas devem ser devidamente enaltecidas e valorizadas aquando das suas ações.*

*Esta boa relação institucional e de respeito, entre uma Junta de Freguesia e uma Câmara reflete-se, pois, assim, no bem-estar de todos os nossos cidadãos. Como prova desta boa relação, gostaria ainda de manifestar a minha grande satisfação pelo decorrer das obras relacionadas com o Roteiro das Olarias, projeto este que reflete bem a parceria entre a Junta de*



*Freguesia de São Pedro e a Câmara Municipal, assim como também reflete o interesse destes executivos pelos assuntos da freguesia e da sua população.*

*Os melhores cumprimentos “*

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO CINCO - E-N.º 5605/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS / ACORDO DE EXECUÇÃO -TRANSPORTES ESCOLARES - JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA D 'ALTO**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação de Delegação de Competências e Acordo de Execução, com a Junta de Freguesia de Água d'Alto, em matéria de transportes escolares, acompanhado dos recursos financeiros necessários, no montante de € 3 000.00 (três mil euros).

O Presidente da Junta de Freguesia de Água d'Alto, Emanuel Santos, pediu a palavra para fundamentar o pedido de delegação de competências, explicando que o que estava em causa era um apoio para o transporte escolar devido às contantes solicitações à Junta de Freguesia para o transporte de alunos. Mencionou que, para além dos 140 alunos transportados diariamente para a EBS Armando Cortes Rodrigues, a Junta de Freguesia transportava diariamente, e ao final do dia, alguns alunos do ATL da freguesia para as suas residências. O apoio, então solicitado, seria para garantir a continuidade daquele serviço de transporte escolar até ao final do ano económico.-----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO SEIS - I-N.º 475/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Foi presente à sessão a proposta da Câmara Municipal, sobre o Relatório de Avaliação do Ordenamento do Território para a Revisão do Plano Diretor Municipal. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Água D'Alto, Emanuel Santos, no uso da palavra que lhe foi concedida, teceu algumas considerações sobre o Relatório de Avaliação do Ordenamento do Território. Referiu que, tendo em conta o enquadramento legal do documento, dado que seria necessário proceder à sua revisão, seria importante rever alguns aspetos. Deu como exemplo a orla costeira de Vila Franca do Campo, em que no PDM atual, apareciam “zonas de risco de tsunamis”, o que causaria constrangimentos à autorização de novos licenciamentos. Salientou o facto de a malha urbana do concelho estar em crescimento e que, por via disso, também teria de se ver com algum cuidado a limitação imposta para novas edificações em zonas como as denominadas “quintas” cujo critério de edificação eram 5000 metros quadrados. Para além dos aspetos mencionados anteriormente, destacou a importância do ordenamento, expansão urbana e turística na zona poente do concelho, ou seja, na Freguesia de São Pedro. Disse que era uma zona com enorme potencial e que seria importante rever o planeamento de novas infraestruturas, vias de acesso, requalificação das existentes e gestão de novas acessibilidades.



Para concluir, referiu que, com a aprovação daquele relatório, ficariam reunidas as condições para a Câmara Municipal dar início à revisão daquele documento durante os próximos 24 meses.

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO SETE - I-N.º 633/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - REVISÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO**

Foi presente à sessão, a proposta da Câmara Municipal, sobre a Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo. -----

Relativamente ao ponto sete da ordem de trabalhos o membro da Assembleia Municipal, Emanuel Santos, fez uma breve apresentação sobre o mesmo. Disse que o que estava em causa era uma revisão do Regulamento anteriormente aprovado, em 2018. Informou que, dada a pouca aderência às bolsas de estudo devido às limitações processuais do anterior regulamento, seria necessário proceder à sua revisão de modo a abranger um maior número de candidatos. Deu como exemplo o caso de um aluno carenciado que tivesse sido abrangido por um apoio da Ação Social de uma universidade e que, por via disso, esse aluno seria excluído pelo regulamento em vigor. Ou seja, com essa revisão, os apoios aos alunos poderiam ser cumulativos. Referiu que continuavam a existir dois tipos de bolsas: bolsa de carência económica e bolsa de mérito estudantil. Refere que nessa última, entre outros critérios, os alunos teriam de ter uma classificação não inferior a 17 valores em todas as disciplinas. Ainda sobre esse regulamento explicou que uma das alterações efetuadas foi o facto de a bolsa ser paga de uma única vez e que os valores variavam entre os 348 euros e os 871 euros, cálculos esses baseados no Rendimento Mensal *Per Capita* (RMPC). Finalmente, referiu que o prazo expresso no regulamento era de 1 de julho a 31 de outubro, pelo que, logo após a sua aprovação, os jovens vila-franquenses poderiam candidatar-se a esses apoios. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO OITO - PROC.º N.º 2019/250.10.101/1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE RECRUTAMENTO**

Foi presente à sessão a proposta, da Câmara Municipal de pedido de autorização para abertura de procedimentos concursais de recrutamento, um técnico superior, para a área social e dois assistentes operacionais, para as funções de canalizador. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO NOVE I-N.º 685/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE RECRUTAMENTO- INTERNALIZAÇÃO DE TRABALHADORES DE EMPRESAS MUNICIPAIS - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL**

Foi presente à sessão a proposta de pedido de autorização, formulado pela Câmara Municipal,



para abertura de procedimentos concursais de recrutamento, no âmbito da reformulação do Setor Empresarial Local, que na pendência dos procedimentos de dissolução e de liquidação, os oito trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, que se encontravam na situação de cedência de interesse público, podiam candidatar-se aos procedimentos concursais, para ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividade que o trabalhador cedido se encontrava a executar. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### **PONTO DEZ - I-N.º 654/2019 - INFORMAÇÃO - PARECER SEMESTRAL - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Foi presente à sessão a informação com o Parecer Semestral sobre a Situação Económica e Financeira do Município. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PONTO ONZE - I-N.º 549/2019 - INFORMAÇÃO - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO - 2.º TRIMESTRE**

Foi presente à sessão a informação sobre o Acompanhamento da Execução do Plano de Reequilíbrio Financeiro do 2º Trimestre.-----

O membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz, pediu a palavra para apresentar a tabela que abaixo se transcreveu, relacionada com o ponto em análise.-----

*“ Sr. Presidente da Câmara, venho solicitar*

*algumas informações sobre os seguintes desvios:*

1. *Na rubrica “**Pessoal**” – Verificamos um aumento de 213 mil euros, visto que estava estimado 1.146 mil euros e observado a 30 de junho 1.359 mil euros, isto corresponde a 35,5 mil euros mês a mais, consegue nos esclarecer sobre este valor;*

2. *Na rubrica “**Aquisição de Bens e Serviços**” – estavam estimados 740 mil euros, mas a 30 de junho, já registava 892 mil euros, uma variação positiva de 152 mil, correspondendo a 25 mil euros mês, consegue nos esclarecer a razão por este aumento entre o estimado e o realizado;*

3. *Na rubrica “**Transferências Correntes**” – estavam estimados 68 mil euros, mas a 30 de junho, já registava 324 mil euros, uma variação de 256 mil euros a mais. Consegui identificar os seguintes valores (Pag. 3 de 4 no Resumo da Posição Atual)*

- *“**04050206 Outros**” (Administração Local – RAA) 36.683.53€, de que se trata;*

- *“**04701 Instituições sem fins lucrativos**” - 171.562.36€, quais são as instituições que foram beneficiadas;*



- **“04080202 Outros”** (Famílias) - 35.303.57€, de que se trata;
4. Nos fornecedores conta corrente (Pag. 12 de 38 no balancete mensal e acumulado)
- **“221003647 Associação Cultural e de Juventude Açores em Movimento”** – 52.915,10, de que se trata este valor?

Ponto 11 - Informação 2º Trimestre

<b>Receitas</b>	<b>2019 2T 2S R</b>	<b>2019 2T 2S Est.</b>	<b>2019 2T R - Est.</b>
IMI	655	306	349
IUC	82	52	30
IMT	320	148	172
Derrama	1	36	-35
CA	0	0	0
SISA	0	0	0
Impostos Indiretos	145	42	103
Taxas	119	130	-11
Rendimentos de propriedade	0	2	-2
Transferências correntes	2,200	1,690	510
Vendas	585	693	-108
Outras Receitas correntes	0	0	0
Venda Bens investimento	5	0	5
Transferências Capital	501	1,065	-564
Ativos financeiros	245	0	245
Passivos Financeiros	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Reposições não abatidas	3	0	3
<b>Total receitas correntes</b>	<b>4,107</b>	<b>3,099</b>	<b>1,008</b>
<b>Total receitas capital</b>	<b>751</b>	<b>1,065</b>	<b>-314</b>
<b>Outras receitas</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

<b>Despesa</b>	<b>2019 2T 2S R</b>	<b>%</b>	<b>2019 2T 2S Est.</b>	<b>%</b>	<b>2019 2T R - Est.</b>
<b>01 Pessoal</b>	1,359	21%	1,146	44%	213
<b>02 Aquisição de Bens e Serviços</b>	892	31%	740	28%	152
<b>03 Encargos Correntes - Juros e Outros</b>	312	11%	625	24%	-313
<b>04 Transferências Correntes</b>	324	11%	68	3%	256
<b>05 Subsídios</b>	0	0%	18	1%	-18



<b>06 Outras Despesas Correntes</b>	19	1%	22	0%	-3
-------------------------------------	----	----	----	----	----

O Presidente da Câmara Municipal acompanhou a leitura feita pelo senhor Bruno Moniz e explicou a realidade da execução do respetivo Plano e que as alterações se prendiam com o aumento salarial dos trabalhadores, decorrendo das alterações remuneratórias.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

## **PONTO DOZE - I-N.º 683/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 4.º REVISÃO ORÇAMENTAL**

Foi presente à sessão a proposta da 4ª Revisão Orçamental. -----

Pedi a palavra o membro da Assembleia Municipal, Bruno Moniz para solicitar alguns esclarecimentos, abaixo transcritos, sobre dúvidas surgidas com a “2ª Revisão Orçamental”.

1. Na secção da Despesa da **Modificação ao Orçamento**, pag.2/4, na rubrica “0102 07010307 Outros” estava inscrito 500,00€ e passou para 620.500,00€, com um reforço de 620.000,00€, para que se destina esta despesa;
2. Na secção da Despesa da **Modificação ao Orçamento**, pag.3/4, na rubrica “0102 07010401 Viadutos, arruamentos e obras complementares” estava inscrito 7.000,00€ e passou para 207.000,00€, com um reforço de 200.000,00€, para que se destina esta despesa;
3. Na secção da Despesa da **Modificação ao Orçamento**, pag.3/4, na rubrica “0102 07030301 Viadutos, arruamentos e obras complementares” estava inscrito 300.000,00€ e passou para 1.072.000,00€ com um reforço de 772.000,00€ para que se destina esta despesa; e
4. Por último, nas **Modificações às Grandes Opções ao Plano**, pag. 1 / 2, na secção **Transportes Rodoviários**, na rubrica “3 330 2019 331 5 Parques e Arruamentos” passaram a estar inscritos 22.000,00€, parece insuficiente para as reais necessidades do concelho, pergunto para que se destina este montante e se ao longo do ano vai ser reforçada esta rubrica.”

Relativamente a esse pedido de esclarecimento o Presidente da Câmara Municipal disse que houve um aumento da Receita que se prendeu com a aplicação do IMT. Sempre que se vendia um imóvel era aplicável. Acrescentou que houve um acréscimo significativo. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD.-----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 22h30, a senhora Presidente declarou encerrada





a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----

**Declaro ainda que a presente ata contém dezasseis folhas.** -----

A Presidente da Assembleia Municipal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

A 1.ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel